



Comunicação Científica de Iniciação à Docência

ANÁLISE DA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFESSORES DE MÚSICA NO RIO GRANDE DO SUL

*Christian Miquéias Braun¹

...
Cristina Rolim Wolffenbüttel²

Eixo Temático 7 – Iniciação à Docência e Gestão Escolar.

Resumo Expandido:

Palavras-chave: Iniciação à Docência. Educação Musical. Pesquisa.

Introdução

Em 1971 a Educação Artística foi instituída, mantendo um caráter interdisciplinar, com ênfase em artes plásticas, dança, música e artes cênicas. Deste modo, o ensino da música deixou de ser um componente exclusivo na Educação Básica, sendo integrado em uma perspectiva polivalente do ensino da arte (LEMOS JÚNIOR, 2012).

Nesta época, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692, de 1971 (LDB 5.692/71), instituiu o ensino da educação artística no ensino fundamental e médio de todo o país (BRASIL, 1971), na época nominados como 1º e 2º Graus. Para Hentschke e Oliveira (2000), na década de 1970 predominava a tendência educacional cuja ênfase apresentava-se mais no aspecto expressivo dos indivíduos. Já na perspectiva da política educacional para o ensino das artes no Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica, Penna (2004a, 2004b) analisou os documentos oficiais e as implicações dos mesmos para as práticas escolares, além da legislação e os termos normativos do ensino de música,

¹ Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Graduação em Música: Licenciatura, CAPES, christian-braun@uergs.edu.br.

² Pós-doutora, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Graduação em Música: Licenciatura, CAPES, cristina-wolffenbuttel@uergs.edu.br.



Comunicação Científica de Iniciação à Docência

apontando as continuidades e as modificações ocorridas entre as décadas de 1970 e 1990. Segundo Penna (2004a), não havia uma definição clara no texto da LDB 5.692/71 a respeito de quais linguagens artísticas deveriam ser contempladas.

Desde então, as pesquisas e os estudos realizados têm buscado um entendimento maior a respeito do ensino de música escolar e das políticas públicas para o ensino de música na Educação Básica (WOLFFENBÜTTEL, 2014; REQUIÃO, 2013; QUEIROZ; PENNA, 2012; DEL BEN, 2005; DINIZ, 2005; SANTOS, 2005; PENNA, 2002, 2004a, 2004b; SOUZA *et al*, 2002). Apesar das tentativas para garantir a presença do ensino de música na Educação Básica, as políticas mais recentes não têm conseguido legitimar esse esforço. Pesquisadores têm constatado a escassa presença de professores de música atuando na Educação Básica (WOLFFENBÜTTEL; SILVA, 2014; WOLFFENBÜTTEL, 2011; PENNA, 2002, 2004a, 2004b; SANTOS, 2005; DEL BEN, 2005).

Com a Lei nº 11.769, de 2008 (BRASIL, 2008), que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música na Educação Básica, o panorama legal para a inserção da música nas escolas recebeu um incremento. Em 2013, o Conselho Nacional de Educação (CNE) realizou uma série de audiências públicas, em parceria com a Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), para discutir o assunto com a sociedade e construir uma resolução. Estas ações resultaram no Parecer CNE/CEB nº 12/2013 (BRASIL, 2013). No Rio Grande do Sul (RS) observou-se a movimentação de algumas prefeituras que lançaram editais de concursos para professores de música (DEL BEN *et al*, 2016). Todavia, estas ações ainda não foram suficientes para a efetiva inserção da música nas escolas.

Com ênfase neste panorama histórico-legislativo da educação nacional, a pesquisa em andamento objetiva investigar a realização de concursos públicos para professores de música da Educação Básica no Rio Grande do Sul, sendo norteadas pelos seguintes questionamentos: Quantas e quais secretarias de educação promoveram concursos para o ingresso de professores de música nas escolas de sua rede de ensino? Caso as secretarias de educação tenham promovido estes concursos, quando se deu esta ocorrência? Qual a relação existente entre a data da promoção destes concursos e a data da Lei nº 11.769/2008? Além disso, é importante salientar que esta pesquisa sustenta-se na



Comunicação Científica de Iniciação à Docência

construção de uma docência em música, a partir do conhecimento sobre a realização dos concursos para professores de música, espaço importante para a educação musical.

Para tal, o referencial teórico está constituído com ênfase na Educação Musical (KRAEMER, 2000) e na Abordagem do Ciclo de Políticas (BOWE *et al*, 1992; BALL, 1994).

Kraemer (2000) trata da Educação Musical – denominando-a pedagogia da música – como um imbricamento entre disciplinas, discutindo dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical e salientando as particularidades da área em relação às demais disciplinas.

Em se tratando da perspectiva política, Bowe *et al* (1992) e Ball (1994) propõem a caracterização do processo político a partir de um ciclo composto por contextos que influenciam e são influenciados, sendo estes os contextos da influência, do texto político, da prática, dos efeitos e da estratégia política.

A seguir são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a realização da investigação.

Metodologia da Pesquisa

Com vistas a obter informações acerca das ofertas de concursos públicos para professores de música, quer sejam os concursos a serem realizados, em andamento, ou mesmo já realizados, a coleta de dados via *Internet*, proposta por Koch (1996), foi selecionada para a realização da pesquisa. O autor define o sistema de busca baseada em *surfing*, que é a busca de *links* na internet; *browsing*, que constitui o “folhear” as páginas da *Web*; e *searching*, que é a busca por palavras-chave relacionadas à temática da pesquisa (KOCH, 1996).

Para a análise dos dados optou-se pela análise de conteúdo. De acordo com Moraes (1999), “a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos” (p. 9). Deste modo, em tendo a pesquisa abordagens qualitativa e quantitativa, este tipo de análise



Comunicação Científica de Iniciação à Docência

auxilia na descrição dos dados, viabilizando “atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum” (MORAES, 1999, p.9).

Moraes (1999) estabelece cinco etapas à análise de conteúdo: 1 – preparação das informações, 2 – unitarização ou transformação do conteúdo em unidades, 3 – categorização ou classificação das unidades em categorias, 4 – descrição e 5 – interpretação (MORAES, 1999). Após os procedimentos foi possível responder alguns dos questionamentos norteadores da pesquisa.

Alguns Resultados e Análise dos Dados

Ao realizar a varredura no site dos municípios que compõem o estado Rio Grande do Sul, foi possível identificar a ocorrência de concursos públicos, para a contratação de professores de música em 133 municípios, dentre os 497 existentes no estado, considerando-se sua incidência entre os anos de 2008 a 2017.

Dentre as especificações para a habilitação do profissional, destacou-se a solicitação de formação em Licenciatura Plena em Artes, Formação nos termos do Artigo 63 da LDB nº 9.934/96 e demais legislações vigentes, Curso Superior em Educação Artística, Artes – Licenciatura em Música, Artes (Tetra/Visuais/Música/Dança), Educação Artística (Artes Cênicas/Plástica/Música/Dança) e Licenciatura em Música. Foram encontrados, também, editais destinados ao preenchimento de vagas para Instrutor de Música, os quais solicitaram a formação/certificação em algum instrumento musical. Para estas vagas, a formação exigida do candidato variou desde o Ensino Médio completo, ao curso superior com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), na habilitação exigida ao cargo, ou seja, com habilitação em instrumento musical ou regência, a depender da demanda do município.

Nesta perspectiva, é possível analisar, com ênfase nos estudos realizados por Bowe *et al* (1992), sobre o texto político para as realizações práticas efetivas frente à interpretação da legislação, ou seja, mesmo após a sanção de Leis Federais, as interpretações dos textos políticos, por parte das autoridades responsáveis pelos



Comunicação Científica de Iniciação à Docência

municípios, geram resultados diversificados. Então, de acordo com os autores, a relação entre o que está escrito no texto político e as práticas efetivamente realizadas, acontecem de maneira a se adequar às aspirações pretendidas a partir das intenções de efeito (BOWE *et al*, 1992).

Portanto, entende-se que os editais de concursos analisados são constituídos em uma interlocução entre a interpretação das Leis Federais vigentes, que estabelecem a formação específica para a atuação como docente em música, e as intenções/preensões dos municípios de contratar professores de acordo com as necessidades locais ou as que assim são entendidas como essenciais à educação municipal.

Em se tratando da incidência de concursos destinados à contratação de professores com formação em cursos de Licenciatura em Música, para a Educação Básica (ensino fundamental – anos iniciais, ensino fundamental – anos finais e ensino médio), foram identificados 4 editais publicados no ano de 2010; 10 editais, no ano de 2012; 14 editais no ano de 2014 e 12 editais ano de 2015.

Kraemer (2000), ao esclarecer o cerne das reflexões sobre o processo de apropriação e transmissão musical, contribui com os aspectos emergidos através dos editais analisados para a contratação de professores de música, pois a relação entre o homem e a(s) música(s) em ambientes educacionais, neste caso, entendido como as escolas municipais de educação, é viabilizado a partir da importância dada ao texto político sobre a inserção da música nas escolas de Educação Básica.

Os aspectos pedagógico-musicais e a prática educativa-musical (KRAEMER, 2000), são viabilizados e transversalizados à interpretação da Legislação. Para Ball (1994), sendo fundamental, para o desenvolvimento das políticas educacionais, a interlocução entre a relação do contexto dos efeitos e da prática.

Algumas Considerações

Ao transversalizar o referencial teórico-analítico aos dados coletados até o momento foi possível verificar a incidência de 133 editais para concursos públicos



Comunicação Científica de Iniciação à Docência

destinados à contratação de professores de música em diversas habilitações, quer seja em educação artística, com ênfase específica em alguma área da Arte, Artes-Música e Música. Nesse sentido, entende-se que a relação existente entre a Lei Federal nº 11.769/2008 e a ocorrência de concursos públicos para a contratação de professores de música ocorre, efetivamente, somente nos concursos realizados cuja a especificação de formação acadêmica do candidato é delimitada pela Licenciatura em Música. O total de concursos realizados para esta especificação foi de 56, realizados entre os anos de 2011 a 2017.

Ao término da realização da presente investigação espera-se contribuir para a análise das políticas públicas em educação, além de fomentar a realização de concursos públicos constituídos em consonância com a legislação vigente e o provimento de vagas para professores de música na Educação Básica brasileira.

Entende-se que, ao realizar esta investigação, a análise em torno dos resultados contribuiu, também, com a construção da própria docência.

Referências

- BALL, S. J. *Educational reform: a critical and post structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BOWE, R. *et al. Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992.
- BRASIL. Diário Oficial da União. *Lei nº 11.769 de 18 de agosto de 2008*. Altera a Lei n. 9394/96, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica. Seção 1. Brasília: Imprensa Nacional, 2008.
- BRASIL. MEC. *Lei de Diretrizes e bases da educação nacional*. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa as Diretrizes e Bases da educação para o ensino de 1º e 2º graus e dá providências. Brasília, 1971.
- DEL BEN, Luciana Marta. Um estudo com escolas da rede estadual de ensino básico de Porto Alegre – RS: subsídios para a elaboração de políticas de educação musical. *Musica Hodie*, v.5, n.2, 2005, p.65-89. Disponível em http://www.musicahodie.mus.br/5_2/musica_hodie_5_2_artigo_5.pdf. Acesso em 5 de fevereiro de 2015.
- DEL BEN, Luciana *et al.* Sobre a docência de música na educação básica: uma análise de editais de concurso público para professores. *Opus*, v. 22, n. 2, p. 543-567, dez. 2016.



Comunicação Científica de Iniciação à Docência

DINIZ, Leila Negrini. *Música na educação infantil: um survey com professoras da rede municipal de ensino de Porto Alegre - RS*. 2005. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Música, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ERTEL, Daniele Isabel; WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. A educação musical em escolas do Rio Grande do Sul: uma investigação em escolas públicas de educação básica. XXI CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, *Anais...* Pirenópolis: 2013, p.73-86.

FLACH, Josué Tales; WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. A obrigatoriedade do ensino de música nas escolas: uma investigação sobre os desdobramentos da lei nº 11.769/2008 em secretarias municipais de educação do Rio Grande do Sul. XXI CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, *Anais...* Pirenópolis: 2013, p. 317-326.

FREITAS, Henrique; JANISSEK-MUNIZ, Raquel; MASCAROLA, Jean. Uso da Internet no processo de pesquisa e análise de dados. Associação Nacional de Empresas de Pesquisa (2004: São Paulo). [*Anais.* .]. [São Paulo : ANEP, 2004] Disponível em http://www.ufrgs.br/gianti/files/artigos/2004/2004_147_ANEP.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2016.

HENTSCHKE, Liane; OLIVEIRA, Alda. A educação musical no Brasil. In: HENTSCHKE, Liane (Org.). *Educação musical em países de línguas neolatinas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 47-64.

KOCH, Traugott (Apr 1996). *Internet search services*. (Translation of a paper given at: "Further on the way to the virtual library! Libraries are using the Internet". Erste INETBIB-Tagung in der UB Dortmund, March 11, 1996. Conference: <http://www.ub.uni-dortmund.de/Inetbib/programm.htm>) Paper: <http://www.lub.lu.se/tk/demos/DO9603-meng.html>

KRAEMER, Rudolf-Dieter. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. *Em Pauta*, Porto Alegre, V.11, n. 16/17, abr./nov., p.50-73, 2000.

LDB 5.692/71 - *Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional* - promulgada em 20 de dezembro de 1971 - Lei 5.692/71.

LEMOS JÚNIOR, Wilson. História da educação musical e a experiência do canto orfeônico no Brasil. *EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, n. 27, p. 67-80, jan./abr. 2012. p.67-80. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/715/71523347005.pdf>. Acesso em 5 de fevereiro de 2015.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Educação*, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ano XXII, n.37, pp.7-31, março 1999.